

# A África entre Khadafi e a Europa

Adelino Torres\*

*Duas vias abrem-se neste momento para os líderes africanos. A do desenvolvimento, através do acordo de Cotonou com a União Europeia, e a do panafricanismo, com os sonhos megalómanos da União Africana de Khadafi. São dois projectos com muito de contraditório, e que podem entrar em rota de colisão.*

No passado dia 2 de Março foi criada na Líbia, por impulso do coronel Mohammad Khadafi e dos seus petrodólares, a União Africana (UA), que sucede à velha Organização de Unidade Africana (OUA). A União Africana nasce num período atribulado em que é mais uma vez desfraldada a bandeira do panafricanismo, num cenário confuso e mesmo incoerente, na medida em que os chefes de Estado africanos parecem ter escolhido ao mesmo tempo duas vias que, nas circunstâncias actuais, têm muito de contraditório.

Por um lado, os Estados africanos assinaram com a União Europeia o novo acordo de Cotonou, de características essencialmente económicas, cujo objectivo é ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento em parceria com os Quinze. Trata-se de uma opção com insuficiências e limites, mas que, de qualquer modo, tem aspectos positivos, inserindo-se no âmbito democrático tal como é entendido nos países do Norte e nas instituições internacionais.

Por outro lado, esses países africanos chegaram igualmente a um ambicioso acordo político consignando a criação de uma UA, aparentemente inspirada no modelo da União Europeia, com quatro características essenciais:

– A nova instituição não resulta de uma preparação consistente com base numa evolução económica e social adequada, mas sim de uma decisão voluntarista de chefes de Estado;

– Assume um conteúdo ideológico que parece servir determinados interesses (nomeadamente os projectos e ambições de liderança panafricana

*O ressuscitar da vulgata panafricanista é incoerente se não mesmo insólito nas actuais circunstâncias de crise em que tarefas muito mais urgentes se impõem ao continente africano.*

do coronel Khadafi) mas que não tem correspondência com os problemas concretos, pelo menos imediatos, do continente e das suas populações;

– Não tem credibilidade democrática pela própria personalidade do seu mentor, coronel Khadafi, de quem depende a quase totalidade dos recursos financeiros necessários;

– Não apresenta uma estratégia coerente tanto nos objectivos como na metodologia, assumindo um carácter de imprevisibilidade que suscita cepticismo e até a suspeição internacional.

Na hipótese (improvável) da concretização concomitante destas duas vias, parece inevitável que entrem rapidamente em rota de colisão, o que será

entendido como mais uma incoerência política dos chefes de Estado africanos.

Com efeito, o acordo de Cotonou entre os países ACP (África, Caraíbas, Pacífico) e a União Europeia aponta para uma via intermédia – considerada razoável – entre o relativo “conforto” da convensão de Lomé e as incertezas de uma globalização regida pela Organização Mundial de Comércio. Ou seja, uma transição gradual durante a qual os países africanos poderão teoricamente preparar-se para o embate do mercado aberto, nomeadamente realizando a integração regional.

Diferentemente de Lomé, Cotonou dá, porém, à integração regional um carácter imperativo que será mais difícil contornar. E a integração regional é justamente uma das questões centrais do desenvolvimento africano. Numa palavra, o “realismo” que caracteriza este acordo corresponde a um certo número de medidas indispensáveis sem as quais não haverá uma reforma em profundidade dos sistemas económicos e sociais africanos a mais ou menos longo prazo.

Em conclusão, não existindo outras alternativas ao aleanee dos Estados africanos, o acordo de Cotonou afigura-se ser a escolha sobre a qual estes deveriam fazer convergir todos os seus esforços nos próximos anos.

\* Professor Catedrático

Mas a decisão de criar a União Africana veio introduzir uma outra opção que resulta, como tudo indica, de razões ideológicas que se assemelham a um estranho regresso aos mitos fundadores e unificadores do *terceiro-mundismo* dos anos 70. Este pretenso renascimento é animado e financiado por um dos antigos mentores do *panarabismo*, Kadhafi, hoje reconvertido ao *panafricanismo* e que, decididamente, não perdeu nenhum dos seus problemáticos sonhos de grandeza, apesar de um trajecto pessoal politicamente tortuoso e frequentemente mal inspirado.

O velho *panafricanismo* proclamado na altura das independências por Nkrumah e Sékou Touré não teve melhor sorte, desde as efémeras Federação do Mali e a união Gana-Guiné, até à criação da OUA em 1963, agora substituída depois de 38 anos de actividade frustrante.

É sobretudo a partir dos anos 80 que se assiste ao soçobrar de todos es-

tes mitos da “unidade” *terceiro-mundista* no continente africano e noutras regiões. As causas da derrocada são por de mais conhecidas, bastando lembrar algumas das mais recentes: desintegração do bloco soviético, adesão generalizada à supremacia do mercado e à nova divisão internacional do trabalho; eclosão da nova era tecnocómica gerada pela electrónica e a informática; desregulação mal compreendida e pior pensada; privatização sem discernimento; permeabilização das fronteiras, etc.

Assim, o ressuscitar da vulgata *panafricanista* é incoerente se não mesmo insólito nas actuais circunstâncias de crise em que tarefas muito mais urgentes se impõem ao continente africano. Ao pretenderem colocá-la como uma prioridade, os chefes de Estado africanos cedem uma vez mais à facilidade de retóricas passadistas e demonstram grave irresponsabilidade política.

Seja quais forem as suas limitações, o acordo de Cotonou rompe com a “lógica de assistência” na qual os países africanos se deixaram envolver durante os sucessivos exercícios da convenção de Lomé, a qual mostrou ainda que as concessões comerciais, por muito favoráveis que sejam, não podem por si sós substituir-se a políticas nacionais erradas.

Cotonou é, pois, um apelo ao rigor, quanto mais não seja porque “obriga” os países africanos a tomarem finalmente medidas estruturais (como a integração regional) indispensáveis à reestruturação económica e à democratização política.

A União Africana, sendo irrealista, é provavelmente já um nado-morto. Mas se sobreviver, apenas contribuirá para uma dispersão de energias em prejuízo da reconstrução económica encarada pelo acordo de Cotonou, agravando assim a vulnerabilidade do continente africano. ■



*Kadhafi na cimeira de Março, em Sirte, onde anunciou a sua União Africana.*